COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.966, DE 2005

Cria o serviço de atendimento integrado à mulher – CAIM vítimas de crime de estupro tipificado no art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Autor: Deputado EDUARDO CUNHA

Relator: Deputado JOÃO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei com o objetivo de criar um serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência, constituído por corpo policial especializado, peritos do Instituto de Medicina Legal – IML, membros do Ministério Público, defensores públicos, corpo médico especializado, assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais necessários ao seu bom funcionamento.

Alega o nobre Autor que “os referidos centros facilitariam o tratamento pós-traumático das vítimas, impedindo à mulher agredida prestar esclarecimentos sobre o crime de forma descentralizada, o que gera um desgaste desnecessário da pessoa humana”.

Por tratar de matéria análoga, encontra-se apensado o PL nº 5.142/05, que “dispõe sobre os Serviços de Atendimento à mulher no âmbito das Delegacias de Polícia Civil”.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o PL nº 4.966/05 e rejeitou o PL nº 5.142/05.

A Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela não-implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 4.966/05 e 5.142/05.

Vêm os Projetos a esta Comissão para pronunciamento quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e ao mérito dos Projetos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As proposições em exame contêm vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade e são de má técnica legislativa.

O art. 61 da Constituição Federal prevê algumas proposições que são de iniciativa privativa do Presidente da República, entre as quais se encontram as leis que criam cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração e a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

Por sua vez, o art. 84 prevê que compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgão público; extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Assim observa-se que algumas matérias são de iniciativa do Poder Executivo, sendo inconstitucional projeto de lei elaborado por membro do Poder Legislativo visando a regulamentar esses temas. Este entendimento é corroborado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, cuja Súmula nº 01 considera inconstitucional proposição nesse sentido.

No que compete à criação de entes estaduais e municipais, a competência é desses entes federativos, nos termos do art. 18 da Constituição que estabelece o princípio federativo.

Assim, ambas as propostas revelam-se inconstitucionais e injurídicas, diante das regras constitucionais relativas à iniciativa das leis e em face do princípio federativo.

Quanto à técnica legislativa, os Projetos deixam de indicar a finalidade da lei nova, no seu art. 1º, nos termos do que estabelece a Lei Complementar nº 95/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107/01.

No mérito, as propostas têm alcance social louvável, ao buscar a proteção das mulheres vítimas de violência. Sabemos que os estabelecimentos públicos, no Brasil, com raras exceções, ainda não se encontram aparelhados adequadamente para tratar desses casos de violência contra mulheres.

Ainda estamos longe de ter um serviço de atendimento à mulher que proporcione a correta assistência jurídica, psicológica e social. Necessitamos de novos e melhores estabelecimentos de atendimento às mulheres, como delegacias especializadas, centros de atendimento psicológico, juizados especiais, entre outros.

Todavia, esta iniciativa, de natureza administrativa, compete aos órgãos da administração pública, diante da divisão de funções estabelecida pela Constituição Federal, diante do que o conteúdo dos Projetos de Lei em exame não pode ser objeto de iniciativa Parlamentar, a despeito do valor social da matéria.

Por esses argumentos, voto pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa dos PLs nºs 4.966/05 e 5.142/05; e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado **JOÃO MAGALHÃES**
Relator